

RMRP 2021 - CAPÍTULO BRASIL

PARA REFUGIADOS E MIGRANTES DA VENEZUELA

Plano de Resposta para Refugiados e Migrantes
Janeiro – Dezembro 2021



Plataforma de Coordenação
para Refugiados e Migrantes
da Venezuela



Créditos das fotos da capa, da esquerda para a direita de cima pra baixo:

01. © **Americares** / Ana María Ariza / Colombia
02. © **Oxfam** / Mario Niño / Colombia
03. © **ACNUR** / Allana Ferreira / Brazil
04. © **OIM** / Rocío Sanhueza Repetto / Chile
-
05. © **Tearfund** / Colombia
06. © **WFP** / Ana Buitrón / Ecuador
07. © **Profamilia** / Colombia
08. © **WFP** / Ana Buitrón / Ecuador
-
09. © **ONU Mulheres** / Edgar Beltrán Rubio / Colombia
10. © **UNFPA** / Ecuador
11. © **Plan Internacional** / Gina Piñeros / Colombia
12. © **RET** / Peru
-
13. © **Mercy Corps** / Ana Solano / Colombia
14. © **UNICEF** / Christian Schneider / Uruguay
15. © **Save the Children** / Glenna Gordon / Colombia
16. © **NRC** / Nadège Mazars / Colombia

ÍNDICE

- 4. PREFÁCIO
- 6. BRASIL EM NÚMEROS
- 9. VISÃO GERAL DO PAÍS
- 12. EDUCAÇÃO
- 13. DISTRIBUIÇÃO ALIMENTAR
- 15. SAÚDE
- 16. INTERIORIZAÇÃO, INTEGRAÇÃO E TRANSPORTE HUMANITÁRIO
- 18. NUTRIÇÃO
- 20. PROTEÇÃO
- 21. PROTEÇÃO À CRIANÇA
- 22. VIOLÊNCIA DE GÊNERO
- 24. TRÁFICO DE PESSOAS
- 25. ABRIGO
- 26. WASH



PREFÁCIO

Por Eduardo Stein

Nos últimos anos, os países da América Latina e do Caribe têm enfrentado uma das maiores crises e êxodos humanitários já vividos na história da região. Até o momento, mais de 5,5 milhões de refugiados e migrantes da Venezuela estão fora de seu país de origem, cerca de 4,6 milhões dos quais residem na região. A pandemia da COVID-19 agravou ainda mais as já terríveis condições de vida dos refugiados e migrantes da Venezuela. Além dos graves riscos à saúde aos quais as populações em deslocamento, incluindo aquelas em situações vulneráveis, foram expostas, a pandemia causou perturbações econômicas generalizadas e exacerbou as preocupações com a proteção.

Medidas de isolamento social prolongadas porém necessárias, e restrições de mobilidade tiveram um impacto prejudicial sobre a capacidade dos refugiados e migrantes de manter seus meios de vida e acesso a bens e serviços básicos, com muitos refugiados e migrantes da Venezuela sofrendo perda de renda, mas ao mesmo tempo não sendo sistematicamente incluídos nas redes de segurança social que foram estabelecidas para as populações locais. Sua terrível situação fez com que alguns refugiados e migrantes considerassem retornar à Venezuela, muitas vezes por meios irregulares, levantando preocupações adicionais com sua saúde e proteção. No entanto, ao mesmo tempo, dinâmicas pré-existentes, como movimentos pendulares e um número crescente de reentradas em países vizinhos, foram registradas no último trimestre de 2020.

Embora a pandemia tenha destacado as fragilidades existentes e introduzido novos desafios para as populações já vulneráveis e comunidades sob pressão, também houve exemplos encorajadores de inclusão de refugiados e migrantes nas respostas nacionais. É também central a este respeito destacar as contribuições dos refugiados e migrantes na 'linha da frente', juntando-se à luta contra a COVID-19. Muitos países da região fizeram esforços louváveis para promover a incorporação de refugiados e migrantes venezuelanos como profissionais de saúde. Sua contribuição em outros setores essenciais também foi fundamental, aumentando ainda mais a evidência de estudos realizados por instituições financeiras e econômicas sobre o valor agregado significativo que os refugiados e migrantes trazem para as comunidades de acolhida.

Complementando os esforços dos países anfitriões, o trabalho da Plataforma Regional de Coordenação Interagencial (R4V), agora composta por 158 organizações em todo o subcontinente, tem sido vital para fornecer uma resposta coerente e consistente, bem como para dar visibilidade global às necessidades dos venezuelanos e suas comunidades de acolhida na região. A resposta às suas necessidades continua sendo

essencial e complementar os esforços do governo ao mesmo tempo em que fortalece os vínculos com fóruns intergovernamentais como o Processo de Quito e aproveita o compromisso da comunidade internacional, do setor privado e da diáspora venezuelana.

No decorrer de 2020, os parceiros a plataforma R4V forneceram apoio a mais de 2,2 milhões de pessoas, incluindo refugiados, migrantes e membros das comunidades de acolhida. Essa conquista foi alcançada apesar do fato de os parceiros terem recebido apenas 46 por cento dos requerimentos financeiros identificados no Plano Regional de Resposta aos Refugiados e Migrantes (RMRP) 2020 (no momento da redação). Os esforços de coordenação e colaboração entre os parceiros para a consolidação do Plano de Resposta com base nas lições aprendidas e realizações são louváveis, inclusive porque o trabalho da Plataforma Regional de Coordenação Interagencial continua a incluir a experiência diversificada e o compromisso conjunto de muitas organizações diferentes trabalhando sob uma abordagem estruturada em setores.

Parabenizo a todos pelo importante trabalho e esforços feitos pelas Plataformas Regionais, Sub-regionais e Nacionais, bem como seus Setores e Grupos de Trabalho em resposta ao contexto de mudança e crescentes desafios colocados pela pandemia da COVID-19 e por um RMRP 2021 que articula claramente as necessidades dos refugiados e migrantes da Venezuela na região. Eles exigem nosso apoio coletivo mais do que nunca - tanto em termos de assistência humanitária urgentemente necessária, quanto em termos de abordagens de desenvolvimento de longo prazo que visam soluções sustentáveis.

Apesar de várias complexidades representadas pela incerteza e aprofundamento da crise humanitária, o envolvimento e trabalho sustentado de todos os parceiros, o RMRP 2021 fornece uma articulação clara de como complementar os esforços do governo anfitrião a este respeito.



Eduardo Stein

Representante Especial Conjunto do ACNUR e da
OIM para Refugiados e Migrantes da Venezuela



BRASIL EM NÚMEROS

© ACNUR / Allana Ferreira / Brazil



PROJEÇÕES POP. 2021

380 K*

 29.0%
 16.0%
 37.0%
 18.0%



POP. EM NECESSIDADE

379 K*

 29.0%
 16.0%
 37.0%
 18.0%

VENEZ. NO DESTINO

271 K

COMUNIDADE DE ACOLHIDA

108 K



POP. ALVO

184 K*

 28.6%
 16.2%
 37.2%
 18.0%

VENEZ. NO DESTINO

143 K

COMUNIDADE DE ACOLHIDA

41.5 K



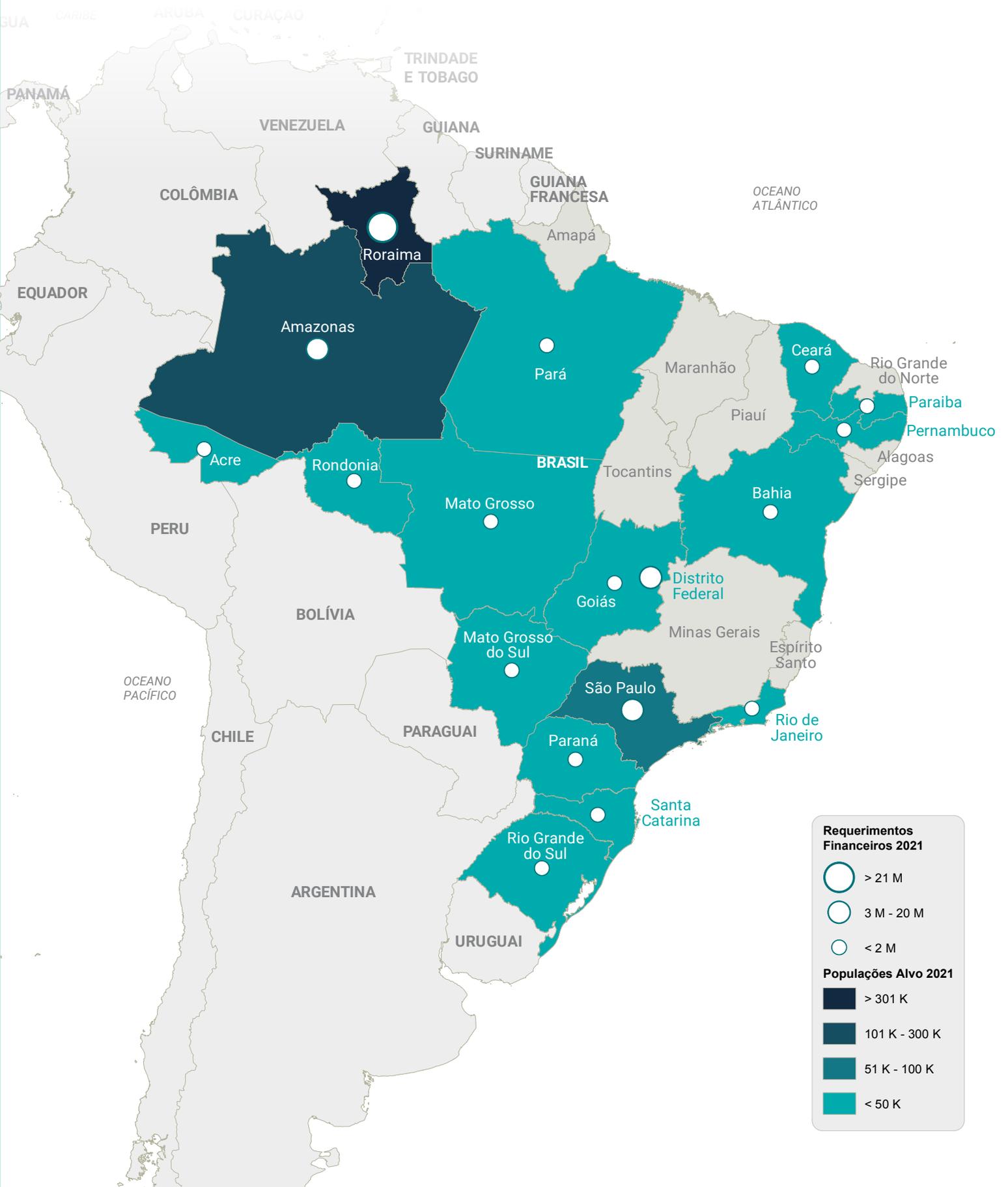
REQUERIMENTOS TOTAIS

\$ 98.1 M

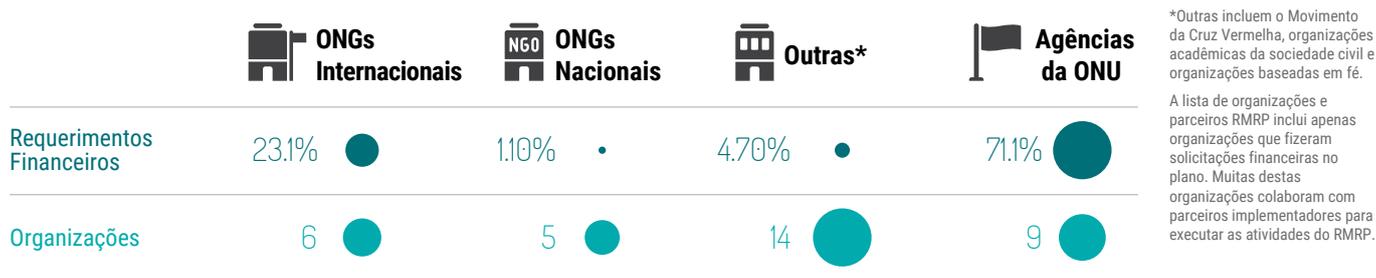
PARCEIROS RMRP

34

FINANCIAMENTO SOLICITADO E BENEFICIÁRIOS ALVO



NÚMERO DE ORGANIZAÇÕES E REQUERIMENTOS FINANCEIROS POR TIPO DE ORGANIZAÇÃO



POPULAÇÕES EM NECESSIDADE E ALVO, REQUERIMENTOS FINANCEIROS E NÚMERO DE PARCEIROS POR SETOR

	População em necessidade	População Alvo	Requerimentos Financeiros (USD)	Parceiros
 Educação	74.5 K 	51.6 K	\$5.44 M 	15 
 Distribuição Alimentar	145 K 	67.6 K	\$3.15 M 	14 
 Saúde	157 K 	86.5 K	\$7.90 M 	15 
 Transporte Humanitário	45.4 K 	41.2 K	\$8.25 M 	6 
 Integração	142 K 	68.5 K	\$17.6 M 	21 
 Nutrição	109 K 	83.0 K	\$3.65 M 	4 
 Proteção*	283 K 	143 K	\$8.78 M 	18 
 Proteção à Criança	79.7 K 	52.3 K	\$3.57 M 	10 
 Violência de Gênero	100 K 	12.6 K	\$536 K 	11 
 Tráfico de Pessoas	25.9 K 	1.20 K	\$501 K 	5 
 Abriço	98.9 K 	73.5 K	\$12.5 M 	13 
 WASH	152 K 	71.3 K	\$10.5 M 	13 
 Assistência em Dinheiro Multipropósito			\$11.3 M 	9 
 Serviços Comuns**			\$4.48 M 	9 

VISÃO GERAL DO PAÍS

Antes do fechamento das fronteiras devido à pandemia da COVID-19, o Brasil estava passando por um período de intensa chegada de refugiados e migrantes da Venezuela, que entravam no território principalmente pelo estado de Roraima, localizado na região Norte, um dos estados mais isolados do país e que já enfrentava dificuldades econômicas. Até agosto de 2020, 148.782 Venezuelanos haviam recebido autorizações de residência temporária¹ e o país acolhia 102.504 solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado² e 46.141 refugiados reconhecidos³. As restrições de entrada por terra e mar para estrangeiros estão em vigor desde 19 de março e têm sido periodicamente renovadas por meio de portarias que afirmam explicitamente que não serão concedidas exceções aos nacionais da Venezuela, independentemente de seu status ou de laços familiares no Brasil⁴. O fechamento da fronteira tem impactado o acesso aos processos de solicitação de reconhecimento da condição de refugiado e regularização no Brasil, inclusive impedindo refugiados e migrantes de se reunirem com familiares que ficaram na Venezuela

O Governo Brasileiro continua empenhado em apoiar refugiados e migrantes da Venezuela através da Operação Acolhida, focada nos estados da região Norte do País, Roraima e Amazonas, com a prestação de serviços de acolhimento, incluindo registro, documentação, abrigo, cuidados de saúde e outros, em conjunto com parceiros da R4V, e de onde o governo continua a operar seu programa de interiorização⁵. Desde abril de 2018 até outubro de 2020, 43.994 refugiados e migrantes da Venezuela foram transferidos para cerca de 600 municípios em outros estados brasileiros. O governo federal e os parceiros da R4V criaram 12 Núcleos Regionais de Interiorização - NURINs para apoiar os governos locais e organizações da sociedade civil em seus esforços para tornar o programa de interiorização sustentável e promover a integração local de refugiados e migrantes da Venezuela. Ademais, um plano de contingência para responder à emergência da COVID-19 foi adotado pela Operação Acolhida, incluindo a criação de um hospital de campanha em Boa Vista, gerido pelo exército com o apoio de parceiros da R4V e do setor privado.

A suspensão de serviços essenciais devido à pandemia da COVID-19 gerou um acúmulo nos pedidos e renovações de autorização de residência e de solicitação do reconhecimento da condição de refugiado, ocasionando um congestionamento ainda maior nos agendamentos junto à Polícia Federal, apesar das autoridades terem estendido a validade dos documentos de identificação expirados a partir de março de 2020. Neste contexto, os venezuelanos enfrentam barreiras documentais no acesso a serviços essenciais, como moradia e emprego.

Embora refugiados e migrantes documentados tenham garantido por lei acesso ilimitado aos serviços públicos, foram identificadas barreiras no acesso à educação e aos serviços de saúde. A falta de vagas disponíveis nas escolas públicas, associada a outros obstáculos, como o acesso limitado a informações sobre o direito à educação, resultou em baixas taxas de matrícula escolar a nível nacional. Anteriormente, em dezembro de 2019, 58% das crianças refugiadas e migrantes entre 6 e 14 anos já não estavam matriculadas em escolas⁶ e não tinham acesso a oportunidades fundamentais para participarem de atividades significativas ou receberem o apoio de colegas para aquisição de resiliência, deixando-as vulneráveis ao trabalho infantil, à exploração econômica, à gravidez precoce e ao casamento na adolescência, bem como outras formas de violência de gênero. Embora não tenha sido possível efetuar uma avaliação adicional, é provável que o impacto da COVID-19 tenha agravado a situação. Do mesmo modo, embora esteja previsto que cerca de 30% dos refugiados e migrantes irão necessitar de serviços de saúde em 2021, os hospitais públicos (especialmente os da região Norte) estão sobrecarregados devido não só ao impacto significativo da COVID-19, mas também devido ao atendimento de pessoas que necessitam de outros serviços de saúde. Os serviços incluem cuidados com a saúde sexual e reprodutiva, cuidados pré- e pós-natais, assistência a pessoas com deficiência, cuidados de saúde mental e apoio psicossocial e gestão global de doenças não transmissíveis.⁷

As medidas adotadas no combate à COVID-19 agravaram a vulnerabilidade econômica de refugiados e migrantes, que já eram afetados pelas altas taxas

1. Polícia Federal do Brasil (agosto de 2020). Imigração Venezuela/Brasil
2. Ibid
3. Dados do Conare e do ACNUR. Disponíveis em: bit.ly/3sul966
4. Governo Federal Brasileiro (outubro de 2020) Portaria Número 470, de 2 de outubro de 2020. Disponível em bit.ly/2NyzsJd
5. O programa de Interiorização é uma estratégia de integração da Operação Acolhida que permite que os refugiados e migrantes venezuelanos que vivem nos estados de Roraima e Amazonas se desloquem em segurança para outras partes do Brasil, com o objetivo de aliviar a pressão sobre a Região Norte e facilitar a integração. O processo é voluntário, gratuito e acessível para refugiados e migrantes que obtiveram residência temporária ou foram registrados como solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado. Após a conclusão de exames médicos, os beneficiários são transferidos através de voos militares ou comerciais para o seu município de destino, onde são recebidos por autoridades locais, entidades da sociedade civil, familiares que já residem nestes locais, empresas privadas ou indivíduos interessados em receber e apoiar cidadãos venezuelanos a se estabelecerem e trabalharem em outros estados brasileiros.
6. ACNUR (dezembro de 2019) Venezuelans in Brazil: Integration with labour market and access to social safety nets. Disponível em bit.ly/370Lzsv
7. LIMA KUBO, H. K., Campiolo, E. L., OCHIKUBO, G. T., & Batista, G. (2020). Impacto da pandemia do covid-19 no serviço de saúde: uma revisão de literatura. *InterAmerican Journal of Medicine and Health*, 3. <https://doi.org/10.31005/iajmh.v3i0.140>

de desemprego (mais de 50%) em alguns estados, como no estado do Amazonas, na região Norte. Entre as pessoas que estavam empregadas em março de 2020, 61% relataram ganhar menos que o salário mínimo legal, equivalente a R\$ 1.045,00.⁸ A crise econômica afetou especialmente refugiados, migrantes e comunidades de acolhida que trabalham no setor informal e resultou em níveis mais elevados de pobreza.⁹ 42.519 refugiados e migrantes só puderam atender suas necessidades mais urgentes com o Auxílio Emergencial fornecido pelo Governo Federal, que foi reduzido pela metade em setembro e deve ser descontinuado no final de 2020.¹⁰ A perda do auxílio financeiro fornecido pelo governo deve resultar em menos refugiados e migrantes capazes de satisfazer suas necessidades básicas, especialmente em relação a alimentação e aluguel. Famílias com crianças e com mães lactantes estão em risco particularmente alto de subnutrição e déficit de crescimento, o que as expõe a doenças e a danos ao seu desenvolvimento físico e cognitivo. Ademais, essas condições contribuem para um aumento no risco de violência doméstica, exploração sexual, tráfico e da adoção de mecanismos negativos de enfrentamento, como mendicância e recorrer ao sexo para sobrevivência.

Refugiados e migrantes da Venezuela que vivem fora de abrigos (em outros tipos de acomodações) nos estados de Amazonas e Roraima informaram que o acesso à alimentação era a segunda prioridade mais urgente, atrás da necessidade de emprego.¹¹ Além disso, o acesso à habitação continua a ser um desafio, especialmente para os cerca de 3.000 refugiados e migrantes que vivem nas ocupações espontâneas de Boa Vista e Pacaraima.¹² Milhares de refugiados e migrantes vivem em ocupações ou em acomodações alugadas superlotadas e precárias, nas quais condições de água, higiene, saneamento e privacidade abaixo dos padrões ideais continuam a ser uma preocupação. Muitos refugiados e migrantes não dispõem de acesso à água potável, produtos de higiene ou de limpeza e a infraestrutura sanitária básica é limitada, expondo-os a doenças, incluindo a COVID-19.¹³ A proporção de pessoas sem acesso à água em ocupações espontâneas é de 73% em Pacaraima¹⁴ e 56% em Boa Vista.¹⁵

ESTRATÉGIA DE RESPOSTA

O Plano Regional de Resposta a Refugiados e Migrantes (RMRP) de 2021 parte do pressuposto da reabertura gradual das fronteiras, independente da disponibilidade de uma vacina para a COVID-19. Diante da observada deterioração da situação política e socioeconômica na Venezuela, estima-se para 2021 uma média de 400 entradas diárias pelo ponto de fronteira em Pacaraima, Roraima.

Antecipa-se que o Governo Federal irá manter políticas favoráveis sobre o recebimento de refugiados e migrantes da Venezuela, incluindo o reconhecimento *prima facie* da condição de refugiado dos nacionais da Venezuela, com base na definição expandida de “refugiado” da Declaração de Cartagena, além de outros canais de regularização, incluindo a autorização de residência, conforme a Lei de Migração, aprovada em maio de 2017. Além disso, o Governo Federal continuará implementando a resposta humanitária por meio da Operação Acolhida, para a qual um plano de transição está sendo discutido desde setembro de 2020, com o objetivo de gradualmente reduzir os custos globais da Operação e transferir as atividades da Força-Tarefa Logística-Humanitária para as autoridades civis. O plano proposto prevê a expansão da estratégia de interiorização, visando alcançar metas mensais de 3.500 refugiados e migrantes interiorizados.

No entanto, as eleições municipais programadas para novembro de 2020 e as campanhas eleitorais relacionadas podem levar a uma mudança no discurso público e na agenda política em alguns locais, potencialmente criando ambientes mais adversos para refugiados e migrantes. A fim de mitigar o impacto dessas possíveis mudanças, os parceiros da R4V intensificarão seus esforços para melhorar a integração socioeconômica dos venezuelanos, incluindo estratégias de sensibilização e incidência, bem como a capacitação das autoridades locais e das partes interessadas a nível local.

Espera-se que o governo continue garantindo o acesso humanitário para os parceiros da R4V nos dois estados que estão na linha de frente da resposta, Roraima e Amazonas, inclusive no evento de novas ondas de contágio da COVID-19.

8. IOM DTM in Manaus op.cit.

9. Revista de Administração Pública vol.54 no.4 Rio de Janeiro (julho/agosto 2020). Disponível em bit.ly/2NLIztw

10. Dados de Poder 360/Caixa Econômica Federal

11. OIM (março de 2020) Matriz de Rastreamento de Deslocamento (DTM) em Manaus; OIM (novembro de 2020), Matriz de Rastreamento de Deslocamento (DTM) no estado de Roraima. Disponível em bit.ly/3dVmGzf

12. IOM Situação dos refugiados e migrantes desabrigados em Pacaraima. op.cit. /IOM Situação dos refugiados e migrantes desabrigados em Boa Vista op.cit

13. UNICEF. Inter-sectoral Multi-partner Child focused Rapid Needs assessment. Agosto de 2020.

14. ACNUR (maio de 2020), Monitoramento de Proteção de Ocupações Espontâneas - Pacaraima, Disponível em bit.ly/3pVXP0n

15. ACNUR (junho de 2020), Monitoramento de Proteção de Ocupações Espontâneas- Boa Vista, bit.ly/3bLvrSG

Com base no cenário de planejamento e na análise de necessidades realizada pelos parceiros da R4V, a resposta brasileira prevê a implementação de atividades coordenadas para refugiados e migrantes da Venezuela, considerando o Brasil como seu país de destino, além de atividades a serem conduzidas com as comunidades de acolhida mais impactadas. Os principais objetivos estratégicos da resposta são:

- Complementar e reforçar a resposta do Estado em relação a documentação, fornecimento de abrigos, interiorização e capacidade da saúde pública em resposta à crise humanitária na Venezuela, considerando as consequências adicionais da pandemia da COVID-19.
- Fornecer e melhorar o acesso efetivo a itens e serviços básicos, incluindo os que possam contribuir para a prevenção e resposta à pandemia da COVID-19, considerando também o desenvolvimento sustentável.
- Reforçar a prevenção, a mitigação e a resposta aos riscos de proteção, reforçando simultaneamente o acesso aos direitos, em especial para pessoas mais vulneráveis e com necessidades específicas.
- Mitigar os impactos negativos da COVID-19 na integração socioeconômica e na coesão social dos refugiados, migrantes e comunidades de acolhida, apoiando o acesso a fontes de renda, assistência, emprego formal, empreendedorismo, habitação, educação e outros serviços básicos.

Adicionalmente, atenção especial será dada aos cerca de 5.000 refugiados e migrantes indígenas (majoritariamente das etnias Warao, Eñepa e Pemón) que se encontram principalmente na região Norte, nos estados do Amazonas, Roraima e Pará, mas que também se estabeleceram em 13 outros estados. As principais prioridades de intervenção para esta população são:

- Fornecer uma resposta de emergência adequada e imediata nas áreas de saúde, nutrição, abrigo, alimentação e obtenção de itens não-alimentares.
- Complementar as estratégias existentes para a saída dos abrigos, a fim de promover a resiliência e a autossuficiência nos destinos de acolhida.
- Fortalecer a capacidade dos governos locais e estaduais para desenvolver políticas culturalmente adequadas que facilitem o acesso às necessidades básicas, meios de subsistência e a integração local.

PRINCÍPIOS DA RESPOSTA

A proteção estará no centro da resposta da Plataforma e todas as atividades do RMRP no Brasil terão o objetivo de promover e garantir a segurança, dignidade e os direitos dos refugiados e migrantes da Venezuela, bem como mitigar a exposição a riscos e ameaças adicionais, de acordo com o princípio de "Não Causar

Danos" ("Do No Harm", em inglês). Para tal, consultas regulares com refugiados, migrantes e comunidades de acolhida serão realizadas para identificar as principais áreas de preocupação dos diferentes segmentos da população, sempre integrando a Política de Idade, Gênero e Diversidade. As avaliações das necessidades, incluindo exercícios multisetoriais e interagenciais com dados desagregados por sexo e idade, permitirão que os parceiros da R4V tenham um entendimento comum sobre os mecanismos de proteção existentes disponíveis na comunidade e sobre o apoio adicional solicitado pelas populações afetadas, a fim de ajustar as intervenções existentes. A análise dos papéis, experiências, oportunidades e barreiras encontradas por mulheres, meninas, homens, meninos, idosos, pessoas com deficiência, minorias étnicas e população LGBTQI+ será de grande importância para promover a participação e o empoderamento, bem como o acesso igualitário e significativo a assistência, serviços e direitos.

A responsabilidade com as comunidades afetadas (AAP) será assegurada através da promoção de iniciativas interagenciais para o fornecimento de informações acessíveis à comunidade sobre os papéis e responsabilidades dos parceiros, os critérios de participação nos projetos e programas e os mecanismos comunitários de fornecimento de feedback e denúncia. A comunicação será facilitada em todos os locais (inclusive em cidades que recebem refugiados e migrantes interiorizados) através da adoção de um plano de ação conjunto que irá envolver treinamentos de pessoal, a inclusão do compromisso de responsabilidade com as comunidades afetadas (AAP) nos acordos de parceria, além da prestação de apoio às organizações e autoridades locais para o estabelecimento de mecanismos internos para coleta de feedback e encaminhamento de queixas sobre a violação de políticas ou insatisfação das partes interessadas.

Continuará a ser dada especial atenção a Proteção Contra o Abuso e Exploração Sexual (PSEA) e contra o assédio sexual, uma prioridade da resposta brasileira desde o início da emergência. Treinamentos interagenciais serão frequentemente realizados para conscientizar sobre esta forma de abuso de poder e falha de responsabilização, visando todos os atores envolvidos na Operação Acolhida e os parceiros da R4V. Sessões informativas e materiais de comunicação sobre os mecanismos de apresentação de queixas existentes e os serviços confidenciais para o tratamento de denúncias também continuarão a ser fornecidos aos refugiados, migrantes e à comunidade de acolhida, no âmbito do Fundo Interagencial de Conscientização e Comunicação Comunitária sobre PSEA, criado pelo Setor de Proteção. Para evitar a duplicação e assegurar a complementaridade, todas as iniciativas R4V serão coordenadas com o Plano de Ação do *United Nations Country Team* – UNCT (Equipe de País das Nações Unidas, em português) para prevenir e responder ao AES, que está sendo preparado para o Brasil.

Por último, a integração do meio ambiente como tema transversal no RMRP será reforçada através do fornecimento de treinamentos e do desenvolvimento de ferramentas que permitam que os agentes da resposta identifiquem, mitiguem e reduzam potenciais impactos ambientais de suas ações. Buscando soluções duradouras, os parceiros da R4V promoverão intervenções de subsistência que priorizem o acesso dos refugiados e migrantes à economia verde e a outras atividades geradoras de renda com impactos ambientais positivos. As atividades serão realizadas colocando a proteção no centro, com o objetivo de prevenir ou mitigar riscos associados com determinantes ambientais de saúde e com práticas econômicas ilegais e ambientalmente degradantes.



EDUCAÇÃO

POP. EM NECESSIDADE

74.5 K

↑ 7.00% ↑ 40.0% ↑ 10.0% ↑ 43.0%



POP. ALVO

51.6 K

↑ 6.98% ↑ 42.3% ↑ 7.42% ↑ 43.3%



REQUERIMENTOS TOTAIS

\$5.44 M



PARCEIROS RMRP

15



LIDERANÇAS DE SETOR

UNESCO-UNICEF-WVI

NECESSIDADES PRIORITÁRIAS

No contexto da previsão de aumento da população venezuelana no Brasil, desafios significativos surgem tanto em termos de garantia do acesso à educação, como de garantia da continuidade escolar para alunos refugiados e migrantes. Há uma necessidade urgente de garantir o bem-estar das crianças e adolescentes, que

constituem um terço da comunidade venezuelana no Brasil e, especialmente, de apoiar aqueles que enfrentam barreiras adicionais, como gênero, idioma, etnia e cultura.

Por lei, estudantes refugiados e migrantes têm acesso gratuito às escolas públicas como qualquer cidadão brasileiro. No entanto, a última avaliação abrangente realizada mostra que já em dezembro de 2019, 58% das crianças entre 6 e 14 anos e 69% dos adolescentes entre 15 e 17 anos não estavam matriculados em escolas.¹⁶ Esforços serão necessários para enfrentar a situação, com a promoção de materiais e ambientes educacionais adequados, que facilitem o aprendizado e diminuam as desvantagens educacionais enfrentadas pelos grupos mais vulneráveis. As dificuldades também resultam, em parte, da falta de informação sobre o direito à educação entre refugiados e migrantes da Venezuela, bem como entre agentes do próprio sistema educacional. Além disso, a pandemia da COVID-19 resultou em sérios desafios, como o aumento das taxas de abandono escolar como consequência da suspensão das aulas e a incapacidade de muitos alunos em seguir com o ensino remoto devido à falta de equipamento ou ausência de conectividade, além dos riscos à saúde associados ao retorno do ensino presencial.

Outra necessidade urgente é a integração de crianças, adolescentes e adultos da Venezuela no ensino primário, secundário, técnico e na Educação de Jovens e Adultos - EJA — um sistema inclusivo, coordenado pelo Governo Federal Brasileiro para fornecer educação básica para adultos e adolescentes que não concluíram o ensino básico e secundário. Desafios como barreira linguística, reconhecimento de diplomas e transferências escolares reduzem as chances de refugiados e migrantes acessarem o sistema de ensino formal.

As necessidades específicas das crianças e adolescentes venezuelanas do sexo feminino, que são muitas vezes afetadas pela violência sexual, gravidez precoce e trabalho infantil, além das necessidades de mulheres solteiras com crianças pequenas, populações indígenas, população LGBTQI+ e pessoas com deficiência representam barreiras adicionais no acesso à educação.

ESTRATÉGIA DE RESPOSTA

O Setor de Educação buscará harmonizar e otimizar seus esforços, ampliando o escopo das ações educacionais para refugiados e migrantes da Venezuela no Brasil e melhorando a qualidade das intervenções, contando com novos membros para ampliar esse esforço e sempre considerando as necessidades específicas.

As prioridades do Setor de Educação para o RMRP 2021 são:

- Fortalecer as capacidades locais na garantia de educação básica de qualidade, incluindo o acesso à matrícula, material escolar, alimentação e transporte;

16. ACNUR Estudo sobre integração de Refugiados e migrantes da Venezuela op.cit.

- Promover o acesso ao ensino médio, técnico e Educação de Jovens e Adultos (EJA) coordenado pelo Ministério da Educação;
- Facilitar a integração de crianças e adolescentes interiorizados nas escolas e o reconhecimento de diplomas.

Em 2021, o alcance da resposta será expandido para além dos abrigos existentes e das áreas de fronteira, reforçando a educação adequada e de qualidade para refugiados e migrantes da Venezuela que vivem em ocupações espontâneas e nas cidades de destino após a interiorização.

A capacidade dos sistemas locais será reforçada através de atividades de conscientização e capacitação para profissionais de educação, da adaptação de materiais educativos e informativos e da entrega de itens não alimentares, como material escolar e uniformes, de acordo com as necessidades identificadas através de pesquisas e avaliações. Atividades de sensibilização e incidência serão realizadas com o setor público para promover um maior acesso ao ensino básico e superior, através da otimização das estratégias de matrícula e de reconhecimento de diplomas e do aumento do número de vagas disponíveis para refugiados e migrantes, sempre considerando necessidades específicas. O setor também fortalecerá a inclusão e o acompanhamento dos venezuelanos jovens e adultos em programas educacionais. Além disso, as escolas que recebem refugiados e migrantes da Venezuela serão identificadas através de dados oficiais sobre a matrícula escolar e serão apoiadas com o desenvolvimento de orientações apropriadas para a reabertura e a disponibilização de instalações sanitárias e itens de higiene suficientes para a prevenção e resposta adequada à pandemia da COVID-19.

A inclusão de estudantes interiorizados no sistema de educação formal exigirá intervenções coordenadas dos Setores de Educação e Interiorização, Integração e Transporte Humanitário. Os processos de transferência e inclusão escolar serão facilitados através de entidades locais de apoio (parceiros governamentais e parceiros da R4V), com o objetivo de prestar apoio escolar a crianças e adolescentes e apoiar a integração de jovens no mercado de trabalho, quando adequado. O Setor de Educação trabalhará em estreita cooperação com os Setores de Proteção e Abrigo para garantir as matrículas e acompanhar o bem-estar das crianças e adolescentes e seu acesso a direitos. Além disso, o apoio à reabertura das escolas será coordenado com os Setores da Saúde e de Água, Saneamento e Higiene (WASH), a fim de garantir a aplicação de medidas de prevenção contra a COVID-19. Finalmente, o diálogo com o Grupo de Trabalho de Povos Indígenas é considerado fundamental para que as intervenções educacionais envolvam os povos indígenas.

O foco na diversidade (gênero, raça, etnia, nacionalidade, orientação sexual e identidade de gênero), em pessoas com deficiências e no meio ambiente deverá

ser transversal e considerado em todas as ações promovidas pelo Setor de Educação. O Setor garantirá que as comunidades sejam consultadas na concepção das intervenções, bem como na implementação, acompanhamento e avaliação das atividades, a fim de garantir a responsabilidade com as comunidades afetadas (AAP). Além disso, os espaços educacionais apoiados pelos parceiros da R4V serão geridos de forma sustentável, garantindo a identificação de impactos e fatores ambientais e de quaisquer vulnerabilidades subsequentes. Finalmente, a educação ambiental também será promovida dentro das instituições.



DISTRIBUIÇÃO ALIMENTAR

POP. EM NECESSIDADE

145 K

↑ 29.0% ↑ 16.0% ↑ 37.0% ↑ 18.0%



POP. ALVO

67.6 K

↑ 29.9% ↑ 15.9% ↑ 36.3% ↑ 17.9%



REQUERIMENTOS TOTAIS

\$3.15 M



PARCEIROS RMRP

14



LIDERANÇAS DE SETOR

OIM-AVSI-ACNUR

NECESSIDADES PRIORITÁRIAS

Avaliações realizadas desde 2018 mostram uma crescente vulnerabilidade entre os refugiados e migrantes da Venezuela que chegaram ao Brasil nos últimos anos,¹⁷ inclusive com relação à segurança alimentar. Desafios relacionados à disponibilidade e do acesso à alimentação foram identificados particularmente na região Norte, nas comunidades indígenas e em ocupações espontâneas. Em março de 2020, refugiados e migrantes relataram o acesso

17. Comparação de todos os ciclos DTM realizados desde 2018 nos estados de Roraima e Amazonas

à alimentação como sua segunda maior necessidade prioritária no estado do Amazonas, região Norte.¹⁸ Em Boa Vista e Porto Velho, 15% dos entrevistados tinham um perfil alimentar fraco, de acordo com o Indicador de Consumo Alimentar (FCS).¹⁹ Nas ocupações espontâneas de Boa Vista, 53% da população venezuelana ainda tem dificuldades de acesso à alimentação e nutrição, 35% tem acesso à apenas duas refeições por dia e 3% tem acesso à apenas uma refeição por dia.²⁰ O aumento da distribuição de alimentos é considerado uma medida urgente para evitar um aumento nos casos de desnutrição, especialmente entre as crianças. As três refeições distribuídas diariamente pelo Governo Federal em Boa Vista e Pacaraima, no âmbito da Operação Acolhida não são suficientes para satisfazer as exigências nutricionais dos refugiados e migrantes mais vulneráveis. As refeições são distribuídas primeiramente para a população que vive em abrigos e eventuais excedentes são entregues a pessoas de interesse que vivem em situação de rua ou em ocupações espontâneas. Os parceiros da R4V, em ocasiões específicas, também fornecem apoio alimentar limitado.

Em 2020, cerca de 42.519 refugiados e migrantes passaram a ser capazes de satisfazer suas necessidades mais urgentes devido ao Auxílio Emergencial fornecido pelo Governo Federal. Este apoio foi reduzido pela metade em setembro e deverá ser interrompido no final do ano.²¹

Por último, as medidas de resposta à COVID-19 adotadas em todo o país, inclusive nos estados mais ricos, como São Paulo, tiveram um impacto significativo nos meios de subsistência dos refugiados e migrantes mais vulneráveis, reduzindo significativamente o seu acesso à alimentação. O impacto foi mais significativo para aqueles que não possuem uma rede de apoio, levando muitas pessoas a se envolverem no trabalho infantil e sexo para sobrevivência para satisfazerem suas necessidades básicas, incluindo a alimentação.

ESTRATÉGIA DE RESPOSTA

O objetivo do Setor é trabalhar com as autoridades para garantir que os refugiados e migrantes da Venezuela tenham acesso regular, eficiente, coordenado e culturalmente adequado à alimentação, considerando as necessidades nutricionais específicas dos grupos mais vulneráveis, como pessoas com doenças crônicas, idosos, comunidades indígenas e crianças. Além disso, o Setor complementarará os esforços do governo na distribuição de alimentos em abrigos para as pessoas

venezuelanas mais vulneráveis. O âmbito geográfico de resposta incluirá a região Norte e os estados com o maior número de refugiados e migrantes interiorizados, como São Paulo, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

As prioridades do Setor de Distribuição Alimentar para 2021 são:

- Fornecer alimentos para complementar a ingestão diária de nutrientes dos refugiados e migrantes vulneráveis que vivem em situação de rua, em ocupações espontâneas, em acomodações alugadas e em comunidades indígenas em áreas urbanas e rurais, de acordo com as necessidades de cada região.
- Melhorar os procedimentos de preparação e distribuição de alimentos, apoiando a infraestrutura de fornecimento e/ou preparação de alimentos, através da melhoria, do aperfeiçoamento e da disponibilização de equipamentos/instalações. A iniciativa será complementada pela organização de workshops de capacitação para os funcionários das instituições de assistência alimentar e nutricional, considerando padrões sanitários, nutricionais e de proteção, incluindo questões específicas relacionadas ao gênero, bem como a identificação e mitigação dos impactos sociais e ambientais da resposta.
- Fornecer insumos agrícolas (sementes, fertilizantes, ferramentas) e apoio financeiro às comunidades indígenas para promover a segurança alimentar à longo prazo.

O Setor colaborará com Setor de Proteção para disseminar informação e promover o acesso aos auxílios financeiros concedidos pelos governos locais e nacionais. O Setor de Distribuição Alimentar identificará soluções para a instalação de cozinhas comunitárias, fornecimento de itens para a preparação de alimentos em diferentes tipos de acomodações (coletivas, individuais, ocupações) em parceria com o Setor de Abrigo e com foco na sustentabilidade e atenção especial para a origem dos alimentos, combustíveis para cocção e gestão de resíduos. Um levantamento será realizado em estreita cooperação com o Setor de Nutrição para avaliar populações com dietas específicas, a fim de definir a composição de cestas básicas e refeições que possam atender as necessidades. Por último, em colaboração com o setor de Integração, o Setor de Distribuição Alimentar buscará apoiar os meios de subsistência dos refugiados e migrantes e garantir o seu acesso contínuo à alimentação. Serão desenvolvidas soluções para aumentar a autossuficiência dos refugiados e

18. OIM- DTM Manaus op.cit. p.6

19. O Indicador de Consumo Alimentar (Food Consumption Indicator - FCS) é um indicador desenvolvido pelo Programa Alimentar Mundial (PAM) para medir o estado de segurança alimentar de uma família, já que considera não só a diversidade alimentar e a frequência da alimentação, mas também a importância nutricional relativa dos diferentes grupos alimentares. bit.ly/3pZfjJp. Caritas (março 2020) Capacity assessment of Venezuelan refugees and migrants.

20. ACNUR (junho de 2020), Monitoramento de proteção de ocupações espontâneas em Boa Vista. Disponível em bit.ly/37QmvRA

21. Dados do Poder 360/Caixa Econômica Federal

migrantes indígenas e das comunidades de acolhida em termos de produção e comercialização de alimentos, sempre considerando as características culturais.

Estratégias serão reforçadas para responder aos diferentes perfis da população de interesse, incluindo consultas regulares com a comunidade para planejar intervenções e avaliar a satisfação dos beneficiários com os serviços prestados. As modalidades de auxílio-alimentação serão as seguintes: majoritariamente, dinheiro em espécie na região Norte, especialmente em ocupações espontâneas, entregas de dinheiro em espécie serão alternadas com transferências de dinheiro (condicionais ou não) nos estados que recebem refugiados e migrantes interiorizados. Para 2021, modalidades de transferência de renda serão consideradas no estado de Roraima em parceria com o Grupo de Trabalho Nacional de Transferência de Renda (CWG).



SAÚDE

POP. EM NECESSIDADE

157 K

↑ 29.0% ↑ 16.0% ↑ 37.0% ↑ 18.0%



POP. ALVO

86.5 K

↑ 29.1% ↑ 18.4% ↑ 33.4% ↑ 19.1%



REQUERIMENTOS TOTAIS

\$7.90 M



PARCEIROS RMRP

15



LIDERANÇAS DE SETOR

UNFPA-OPAS/OMS

NECESSIDADES PRIORITÁRIAS

De acordo com projeções calculadas pelo Setor de Saúde no Brasil, 32,6% da população total estimada de venezuelanos necessitará de cuidados de saúde (hospital, maternidade, morbidades mais comuns) em 2021.²² Deste total, 64% necessitarão de cuidados para doenças crônicas (diabetes e hipertensão) e 3,5% para doenças transmissíveis. Além disso, o Setor de Saúde estima que mais de 47.300 mulheres em idade reprodutiva necessitarão de serviços de saúde sexual e reprodutiva e aproximadamente 2.300 mulheres grávidas necessitarão de serviços de maternidade.²³ De acordo com o Boletim Epidemiológico, emitido pelo Ministério da Saúde em 2019, o estado de Roraima tem a maior taxa de HIV/AIDS no Brasil, e as pessoas venezuelanas corresponderam a quase 50% de todos os casos de HIV/AIDS diagnosticados no estado em 2019. Adicionalmente, mais de 5.000 refugiados e migrantes indígenas atualmente vivem em condições de vulnerabilidade no Brasil, residindo em comunidades distantes de serviços essenciais, em abrigos coletivos ou em situação de rua. A pandemia da COVID-19 apresentou desafios adicionais e aumentou a complexidade da situação para o Setor da Saúde.²⁴ O acesso e a disponibilidade de serviços de saúde de rotina para doenças crônicas e transmissíveis foram impactados em vários níveis. Esta situação deve persistir em 2021, uma vez que surtos e ondas recorrentes da COVID-19 em diferentes locais (simultaneamente ou em momentos diferentes) deverão ocorrer a partir da retomada progressiva de atividades econômicas.

ESTRATÉGIA DE RESPOSTA

Depois de realizar avaliações de necessidades, consultas com refugiados e migrantes, reuniões com o Ministério da Saúde, reuniões com funcionários locais da saúde pública e com coordenadores da Operação Acolhida, o Setor de Saúde identificou as seguintes prioridades:

1. Apoiar a expansão de campanhas de vacinação, especialmente para crianças com menos de 5 anos, mulheres grávidas, populações indígenas, idosos e pessoas com condições médicas crônicas para cada doença específica;
2. Apoiar a expansão do acesso dos refugiados e migrantes ao Sistema Único de Saúde – SUS, com ênfase nas populações mais vulneráveis, como mulheres (pré-natal e serviços de saúde reprodutiva), crianças, idosos e populações indígenas, em estreita coordenação com a estratégia de resposta ao fluxo de refugiados e migrantes da Venezuela conduzida pelo Governo Federal e considerando

22. A metodologia de avaliação foi baseada em dados oficiais dos Sistemas de Informação do Ministério da Saúde, como o Sistema de Informação Hospitalar (SIH), Sistema de Informação para Doenças Notificáveis (Sinan), SIVEP Malária, VIGITEL, entre outros.

23. De acordo com a calculadora UNFPA MISP.

24. LIMA KUBO, H. K., Campiolo, E. L., OCHIKUBO, G. T., & Batista, G. (2020). Impacto da pandemia do covid-19 no serviço de saúde: uma revisão de literatura. *InterAmerican Journal of Medicine and Health*, 3. <https://doi.org/10.31005/iajmh.v3i0.140>

as capacidades federais, estaduais e municipais.

3. Apoio à prestação de serviços de saúde durante o processo de interiorização liderado pelas autoridades brasileiras, assim como o apoio às autoridades de saúde nacionais e locais no planejamento e prestação de serviços de saúde a partir da reabertura das fronteiras.

As estratégias de resposta do setor incluem sensibilização e incidência com funcionários da saúde pública, mobilização, monitoramento, workshops com líderes comunitários e com assistentes sociais, profissionais de educação e saúde, e a elaboração de material informativo, Procedimentos Operacionais Padrão (POPs), diretrizes e outros documentos de orientação. A estratégia de resposta também inclui: o monitoramento de doenças crônicas não transmissíveis, saúde pré-natal, obstetrícia, saúde materna e saúde infantil, aconselhamento, distribuição de contraceptivos e testagem para HIV/AIDS/ISTs; utilização de unidades móveis e equipes móveis de saúde em estreita coordenação com o SUS e considerando contextos étnicos e culturais (como as populações indígenas); compra e doação de equipamentos hospitalares, obstétricos e medicamento; o fortalecimento da capacidade de gestão da informação para o planejamento estratégico e tomada de decisões; treinamento e capacitação para os agentes e profissionais de saúde pública promovendo a conscientização sobre as necessidades das pessoas mais vulneráveis; e apoio à transição da gestão da Área de Proteção e Cuidado (APC).

A prevenção da COVID-19 e seus impactos será abordada de forma transversal através de ações comunitárias e do fortalecimento das capacidades do governo e da sociedade civil, integrando os principais atores comunitários e profissionais da saúde da Venezuela na resposta de saúde nacional.

Para melhorar a resposta e assegurar a complementaridade estratégica, o Setor de Saúde coordenará suas ações com os outros Setores da Plataforma, especialmente com os Setores de Abrigo, Integração, Distribuição Alimentar, Nutrição, Água, Saneamento e Higiene (WASH), Proteção e Educação, bem como com o Grupo de Trabalho de Povos Indígenas. Uma abordagem integrada será adotada para minimizar a vulnerabilidade dos refugiados e migrantes aos impactos da COVID-19. Esta abordagem incluirá: a promoção da saúde e de atividades educacionais em abrigos e ocupações espontâneas; prestação de cuidados de saúde e assistência durante o processo de interiorização, especialmente para pessoas com deficiência, idosos e pessoas com condições de saúde específicas; e uma abordagem intercultural que considere as necessidades de saúde dos povos indígenas.

A principal modalidade a ser adotada pelo Setor de Saúde em 2021 é o fortalecimento das capacidades do governo nos níveis federal, estadual e municipal. Outras modalidades incluem a aquisição e a doação de equipamento e medicamentos; o fortalecimento da capacidade de gestão da informação para o

planejamento estratégico e a tomada de decisões; o treinamento e a capacitação dos profissionais de saúde pública e das comunidades.

A programação e as responsabilidades coletivas serão definidas entre os membros do Setor em cooperação com o Governo Federal e a Operação Acolhida, incluindo engajamento comunitário, participação e fornecimento de informações e outras medidas para garantir a responsabilidade com as comunidades afetadas (AAP) e a Proteção Contra o Abuso e Exploração Sexual (PSEA).



INTERIORIZAÇÃO, INTEGRAÇÃO | TRANSPORTE HUMANITÁRIO

POP. EM NECESSIDADE

142 K | 45.4 K

↑ 29.0% | 29.0% ↓ 16.0% | 16.0% ↑ 37.0% | 37.0% ↑ 18.0% | 18.0%



POP. ALVO

68.5 K | 41.2 K

↑ 38.3% | 28.7% ↓ 9.10% | 16.4% ↑ 42.9% | 36.6% ↑ 9.70% | 18.3%



REQUERIMENTOS TOTAIS

\$17.6 M | \$8.25 M



PARCEIROS RMRP

21 | 6



LIDERANÇAS DE SETOR

OIM-ACNUR-WVI

NECESSIDADES PRIORITÁRIAS

Devido à escassez de oportunidades de integração socioeconômica e os serviços públicos sobrecarregados na região Norte do país, a interiorização, assim como o apoio às cidades de destino, tornou-se fundamental para vincular a resposta humanitária à integração a longo prazo dos refugiados e migrantes. Até agosto de 2020, 41.146 venezuelanos foram interiorizados para 608 municípios brasileiros. A interiorização envolve quatro modalidades diferentes, que incluem: abrigo-abrigo (saída de abrigos em Roraima ou no Amazonas para abrigos em uma das cidades de destino); reunificação

familiar; reunião social; e interiorização para assumir vaga de emprego sinalizada. O processo é voluntário, gratuito e acessível para os refugiados e migrantes com regularidade migratória. Após a conclusão de exames médicos, os beneficiários recebem apoio de transporte humanitário através de voos militares ou comerciais para o município de destino, no qual recebem orientação e assistência para instalação.

A integração local é um processo complexo e gradual com dimensões legais, econômicas, sociais e culturais. O processo de interiorização visa permitir que os refugiados e migrantes vivam livres de discriminação e violência e com autossuficiência econômica.

Mesmo antes da pandemia e apesar do alto nível de educação formal entre refugiados e migrantes da Venezuela, era constantemente relatada a falta de oportunidades econômicas em Roraima e Manaus, onde mais da metade da população estava desempregada.²⁵ Em dezembro de 2019, apenas 10% dos venezuelanos em idade de trabalho estavam empregados no mercado de trabalho formal, contrastando com 34% da população brasileira em todo o país.

A pandemia da COVID-19 no Brasil tem causado um grave declínio na atividade econômica, aumentando as taxas de desemprego e pobreza. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), cerca de três milhões de pessoas perderam seus empregos e ficaram sem habitação desde julho de 2020.²⁶ O aumento do desemprego no país também dificultou o acesso a oportunidades de trabalho e empreendedorismo para os refugiados e migrantes da Venezuela. Uma pesquisa sobre o impacto da pandemia da COVID-19 sobre os refugiados e migrantes no Brasil desenvolvida pela UNICAMP e pela PUC Minas, com a participação de 2.475 pessoas que responderam a um questionário online, apontou que quase metade dos participantes perderam seus empregos e fontes de renda em 2020.²⁷

ESTRATÉGIA DE RESPOSTA

A resposta do Setor de Interiorização, Integração e Transporte Humanitário irá focar em abordar as necessidades urgentes de integração econômica e social dos refugiados e migrantes da Venezuela, agravadas pelo impacto da pandemia da COVID-19, com efeitos dramáticos em suas fontes de renda e na integração social e econômica dessas pessoas e em sua capacidade de satisfazer necessidades básicas, incluindo alimentação e moradia.

As prioridades do Setor são:

- Em colaboração com a Força Tarefa Logística-

Humanitária da Operação Acolhida, apoiar o fortalecimento da estratégia nacional de transporte humanitário e do programa de interiorização do governo Federal de forma organizada e sustentável, incluindo o plano de contingência para a prevenção da COVID-19, em conexão com ações de apoio à integração local nas cidades de destino;

- Facilitar e apoiar o acesso igualitário dos refugiados e migrantes da Venezuela ao emprego formal e ao empreendedorismo e melhorar o acesso dessas pessoas a oportunidades de subsistência, serviços financeiros e reconhecimento de certificados profissionais em todo o país;
- Facilitar os processos e atividades de organização e fortalecimento comunitário com vistas ao acesso, em igualdade entre homens, mulheres, crianças e jovens venezuelanos, aos direitos e serviços que apoiam sua inclusão, bem como apoiar a promoção de coesão e integração social por meio de atividades de coexistência pacífica, incluindo ações ambientais positivas com as comunidades de acolhida;
- Apoiar a integração socioeconômica, fortalecendo a capacidade dos governos locais e das instituições públicas, apoiar organizações da sociedade civil e engajar-se com o setor privado para promover a responsabilidade social corporativa e a contratação de refugiados e migrantes da Venezuela.

O Setor fornecerá apoio logístico à estratégia de interiorização, sob uma perspectiva que considere a Política de Idade, Gênero e Diversidade. O apoio fornecido irá incluir registro, transporte aéreo e terrestre, avaliações médicas, assistência em trânsito, assistência financeira e orientação pré-partida para facilitar a interiorização informada e voluntária; apoio à integração nos locais de destino, potencializando seu ingresso na economia verde e promovendo impacto ambiental positivo e incluindo, quando couber, a construção de estratégias de saída de abrigos de interiorização. Serão implementados mecanismos de feedback para monitorar e avaliar os resultados das intervenções do Setor, considerando a Política de Idade, Gênero e Diversidade e a fim de garantir a responsabilidade com as comunidades afetadas (AAP).

O Setor também promoverá a integração social e econômica através da capacitação de funcionários do governo local e federal para a promoção de políticas públicas, mecanismos de proteção e serviços que respondam às necessidades dos refugiados e migrantes. Isto será complementado por avaliações de mercado e de perfis socioeconômicos, com a geração de dados desagregados por Idade, Gênero e Diversidade - e recomendações para o desenvolvimento de estratégias de inserção profissional. Os parceiros apoiarão ações de empreendedorismo

25. IOM DTM Manaus, op.cit. p.4

26. IBGE (julho de 2020) Pesquisa nacional por amostra de domicílios continua. Disponível em bit.ly/3dTJvCL

27. Duval Fernandes; Rosana Baeninger (Coords.). Impactos da pandemia de Covid-19 nas migrações internacionais no Brasil - Resultados de Pesquisa Campinas, SP: NEPO/UNICAMP, 2020, p. 56. Disponível em bit.ly/2O8Rguo

e conscientizarão o setor privado para incentivar a contratação de refugiados e migrantes. O Setor buscará principalmente a empregabilidade em empresas verdes e promoverá o empreendedorismo em áreas que geram impactos ambientais positivos. Os parceiros complementarão a promoção de formação profissional e de aulas de língua portuguesa pelos setores público e privado, especialmente aulas online.

Com a finalidade de fortalecer a coesão social, será fomentada a participação da comunidade de acolhida no planejamento da resposta do Setor. Os parceiros desenvolverão procedimentos de encaminhamento dos refugiados e migrantes para serviços de assistência, sempre considerando a Política de Idade, Gênero e Diversidade. Serão desenvolvidos espaços seguros e promovidos apoio entre pares e redes de solidariedade com base em suas necessidades e prioridades, através de metodologias participativas e projetos comunitários. O Setor conduzirá uma campanha de conscientização sobre os direitos de refugiados e migrantes, para facilitar o acesso dessa população aos serviços públicos. Além disso, o setor manterá seus esforços de sensibilização e incidência com governos locais e instituições parceiras que trabalham com a identificação e resposta ao tráfico de pessoas e aos casos de violência contra mulheres e meninas, em coordenação com o Setor de Proteção.

O Setor irá adotar uma abordagem integrada de resposta para a integração dos refugiados e migrantes após sua chegada nas cidades/estados de destino, promovendo ações em colaboração com o Setor de Educação (para oferecer cursos on-line, suporte a revalidação de diplomas e facilitar o acesso a cursos de idiomas e à educação para crianças); o Setor de Proteção (para promover empregos seguros, impedir a exploração, o trabalho infantil, o trabalho forçado e o tráfico de pessoas; integrar necessidades de proteção ao programa de interiorização); o Setor de Abrigo (para promover o acesso à habitação e a abrigos temporários para refugiados e migrantes que aguardam a transferência para outras cidades); o Setor da Saúde (para responder à pandemia, promover o acesso aos serviços de saúde, incluindo cuidados pediátricos, promover a prestação de assistência à pessoas com deficiência, idosos e pessoas com condições de saúde específicas); e o Grupo de Trabalho de Comunicação (campanhas para combater a xenofobia e a discriminação; materiais sobre o direito de refugiados e migrantes de acessar os serviços públicos que considerem a Política de Idade, Gênero e Diversidade; e respostas para as populações indígenas, como atividades de geração de renda e iniciativas para promover a autossuficiência dos indígenas da Venezuela).



NUTRIÇÃO

POP. EM NECESSIDADE

109 K

↑ 35.0% ↑ 30.0% ↑ 10.0% ↑ 25.0%



POP. ALVO

83.0 K

↑ 35.0% ↑ 30.1% ↑ 9.90% ↑ 25.0%



REQUERIMENTOS TOTAIS

\$3.65 M



PARCEIROS RMRP

4



LIDERANÇAS DE SETOR

ADRA-UNICEF

NECESSIDADES PRIORITÁRIAS

Avaliações antropométricas realizadas com refugiados e migrantes da Venezuela que vivem em Roraima, no Amazonas e no Pará mostraram que, em alguns locais, mais de 20% das crianças foram classificadas com algum nível de desnutrição, sendo o número de crianças indígenas sendo significativamente maior.²⁸ O acesso a água potável e ao saneamento é especialmente desafiador para as populações refugiadas e migrantes que vivem em condições precárias. Portanto, os grupos precisam ser ativamente identificados e monitorados pela vigilância nutricional. Uma avaliação intersetorial mostrou que 58% dos refugiados e migrantes que vivem em Roraima, no Amazonas e no Pará não têm acesso a quantidades suficientes de água potável e de alimentos²⁹, enquanto 40% da população que vive em ocupações espontâneas tem acesso a apenas duas refeições por dia ou menos.³⁰ A alimentação atualmente

fornecida pelas autoridades em abrigos oficiais não inclui refeições específicas para crianças, mulheres grávidas e mães lactantes, pessoas com condições crônicas ou para os diferentes grupos étnicos assistidos.

As capacidades de resposta terapêutica no Brasil ainda são limitadas. Além disso, a inserção da população refugiada e migrante como beneficiários dos serviços básicos de atenção primária de saúde e nutrição em muitos municípios, como Manaus, Belém e Santarém, tem sido limitada. A pandemia da COVID-19 interrompeu alguns dos serviços de saúde prestados, com a grave falta de profissionais de nutrição disponíveis para assistência, tornando difícil medir o impacto real da pandemia no status nutricional da população de interesse na região.

ESTRATÉGIA DE RESPOSTA

A resposta do Setor de Nutrição será focada nos refugiados e migrantes da Venezuela afetados e nos membros das comunidades de acolhida, com um foco particular em grupos vulneráveis, como mulheres grávidas e crianças menores de cinco anos em Pacaraima e Boa Vista (Roraima), Manaus (Amazonas) e Belém e Santarém (Pará), a fim de prevenir e tratar a ocorrência de desnutrição.

As prioridades do Setor de Nutrição para o RMRP 2021 são:

- Reduzir a ocorrência de casos de desnutrição aguda através da identificação, encaminhamento e tratamento sistemático de crianças com menos de cinco anos, mulheres grávidas e mulheres lactantes desnutridas;
- Fortalecer os serviços humanitários de nutrição preventiva destinados a grupos populacionais vulneráveis; e
- Apoiar os serviços locais de nutrição para garantir que as necessidades dos refugiados, migrantes e da comunidade de acolhida sejam satisfeitas.

A capacidade dos sistemas de vigilância nutricional será reforçada para atingir os objetivos e para melhor detectar o tipo, grau e seriedade da desnutrição, identificar as pessoas vulneráveis e responder aos casos em tempo hábil e de forma adequada. Para isso, o setor buscará garantir recursos humanos, equipamentos e capacitação técnica para a rede local de profissionais de vigilância nutricional do Ministério da Saúde, além de apoiar os parceiros da R4V na realização de avaliações nutricionais regulares de forma sistemática.

A prevenção de atrasos no crescimento e deficiência de micronutrientes em crianças com menos de cinco anos de idade será feita através do fornecimento de apoio a cuidadores e mulheres grávidas e lactantes, incentivando a adoção da Alimentação Ideal para Lactentes e Crianças Pequenas (IYCF). Assim, será incentivada a expansão de programas de suplementação preventiva

com vitamina A, sulfato ferroso e ácido fólico para crianças, gestantes e lactantes que vivem fora de abrigos. Outra abordagem será o incremento das atividades informativas sobre amamentação e alimentação complementar saudável, incluindo gestão de resíduos, com foco nos cuidadores (mulheres e homens) de crianças com menos de dois anos de idade.

Por fim, o apoio aos serviços locais se dará através do fortalecimento das políticas públicas voltadas para a segurança nutricional e da contratação de profissionais para realização de atividades de vigilância e apoio nutricional para atuarem em apoio direto às Unidades Básicas de Saúde e vigilância comunitária. Será incentivada a criação e ativação de comitês regionais de vigilância nutricional, através do fortalecimento da coordenação com os governos locais e com outras agências para o fornecimento contínuo de insumos terapêuticos e preventivos, e de serviços de vigilância nutricional para refugiados e migrantes, sempre considerando os fatores sociais e os impactos ambientais de cada atividade.

Reuniões periódicas serão realizadas para garantir o planejamento intersetorial e a avaliação das atividades. Atividades e estratégias de saúde primária conjuntas serão implementadas em colaboração com o Setor de Saúde, com o objetivo de otimizar os recursos e promover a saúde dos refugiados e migrantes, considerando os impactos da COVID-19 e as medidas de biossegurança necessárias. Junto aos Setores de Distribuição Alimentar e Abrigo será buscada uma abordagem nutricional mais sensível para promover a criação de espaços que incentivem a alimentação saudável e a amamentação, assim como a criação de cozinhas e hortas comunitárias. Redes de produtores e fornecedores de alimentos locais também serão identificadas e organizadas, a fim de garantir o abastecimento suficiente e a maior qualidade dos alimentos fornecidos em abrigos para crianças e mulheres desnutridas. A estratégia do Setor considerará as condições ambientais que afetam a segurança alimentar e a nutrição, como a poluição e a contaminação do solo, além de considerar os impactos ambientais gerados por suas atividades, principalmente os resíduos gerados pelo fornecimento de alimentos; o Setor buscará criar impactos positivos, como a redução do desmatamento para combustíveis de cozinha através do uso de CVA.

Evidências serão geradas para apoiar o setor de Água, Saneamento e Higiene (WASH) a atender demandas específicas e fortalecer políticas públicas destinadas a garantir água potável de qualidade, saneamento básico e práticas de higiene alimentar. Dados também serão disponibilizados para o Grupo de Trabalho de Povos Indígenas para o planejamento de políticas de segurança alimentar específicas para os refugiados e migrantes da Venezuela indígenas e para as comunidades anfitriãs.



PROTEÇÃO

POP. EM NECESSIDADE

283 K

↑ 29.0% ↑ 16.0% ↑ 37.0% ↑ 18.0%



POP. ALVO

143 K

↑ 30.4% ↑ 15.6% ↑ 37.2% ↑ 16.8%



REQUERIMENTOS TOTAIS

\$8.78 M



PARCEIROS RMRP

18



LIDERANÇAS DE SETOR

SJMR-ACNUR

NECESSIDADES PRIORITÁRIAS

Os refugiados e migrantes da Venezuela que tentam entrar no Brasil continuam a enfrentar consideráveis riscos de proteção associados ao deslocamento. O fechamento das fronteiras terrestres devido à pandemia da COVID-19 dificultou o acesso das pessoas venezuelanas ao território e aos procedimentos de solicitação de reconhecimento da condição de refugiado³¹, muitas vezes causando a separação familiar e restringindo significativamente o acesso a proteção em geral. Incidentes de discriminação, xenofobia, violência e exploração e oportunidades limitadas de subsistência desafiam a resiliência dos refugiados e

migrantes³², levando-os a adotar estratégias negativas como a mendicância e sexo para sobrevivência³³, enquanto casos de violência doméstica aumentam de forma constante.³⁴ A pandemia da COVID-19 não só aumentou a ocorrência destes incidentes, como também criou desafios adicionais³⁵, como o aumento do despejo de pessoas com dificuldade de gerar renda para pagar o aluguel. As redes de proteção local já estão sobrecarregadas com o aumento da procura por assistência e de apoio para documentação (que deverá persistir no contexto pós-pandemia), o que torna difícil identificar, responder e monitorar os casos de proteção de forma eficaz, especialmente em relação ao apoio psicossocial e de saúde mental (MHPSS) e monitoramento de pessoas que estão fora de abrigos, em situação de rua ou em ocupações espontâneas. Os mecanismos para identificar e mitigar os riscos de exploração, tráfico e contrabando de pessoas necessitam ser significativamente fortalecidos. Isso inclui a necessidade de arranjos de cuidados comunitários e familiares seguros para crianças e adolescentes desacompanhadas e separadas e para mulheres em risco, a fim de complementar os cuidados institucionais. Lacunas no conhecimento dos direitos e serviços entre refugiados e migrantes também permanecem, bem como a ausência de mecanismos efetivos de responsabilização e para o empoderamento de adolescentes.

ESTRATÉGIA DE RESPOSTA

Impactos adicionais identificados no contexto da COVID-19, como dificuldades de acesso ao território, aos procedimentos de solicitação da condição de refugiado e de regularização migratória, o aumento dos casos de violência de gênero, violência contra crianças, exploração, o aumento dos despejos, os riscos associados ao retorno, a separação familiar e a negação de direitos devido à falta de clareza sobre a validade de documentos, são questões que exigem atenção especial para garantir a inclusão efetiva dos refugiados e migrantes nos sistemas de proteção nacionais. Em 2021, os parceiros da R4V responderão aos desafios adicionais de proteção, com foco especial nas mulheres e crianças em risco, nas vítimas de tráfico de pessoas, na comunidade LGBTQI+, pessoas com deficiência e idosas e grupos indígenas. Em 2021, os parceiros da R4V também pretendem incrementar consideravelmente suas atividades de sensibilização, incidência e capacitação voltadas às redes de proteção locais, a fim de mitigar os riscos de proteção, juntamente com o fortalecimento de abordagens comunitárias e da Política de Idade, Gênero e Diversidade

31. R4V Brasil, COVID-19 - Flash Update - 19 de Março de 2020, disponível em bit.ly/3uJji0n

32. De acordo com uma avaliação realizada com refugiados e migrantes venezuelanos em 2020, 26,4% dos entrevistados enfrentaram abuso físico no Brasil e 72% indicaram proteção contra a xenofobia como uma necessidade urgente. O estudo também constatou que a renda mensal média dos núcleos familiares (todos os membros da família) era de US\$ 161 por mês, ou seja, menor que o salário-mínimo no Brasil que é US\$ 257. Caritas Suíça, "Livelihoods capacity and market assessment in response to the Venezuela crisis", Março de 2020, pp.6, 8, 65

33. ACNUR & OIT, "Livelihoods for Migrants and Refugees in Brazil", 2019, bit.ly/3uLtSnw, p. 7

34. Humanitarian Practice Network, "Out of the shadows: the precarious lives of Venezuelan LGTBQI+ asylum seekers in Brazil", março de 2020, bit.ly/3aWZ3nl

35. ACNUR Brasil: Relatório da Resposta à COVID-19 do ACNUR Brasil – maio 2020, disponível em bit.ly/3bJU2hk

(AGD), mecanismos de responsabilização, e espaços de apoio. O Setor de Proteção continuará apoiando o fortalecimento da capacidade do governo em diferentes níveis administrativos, com o objetivo de prevenir, mitigar e responder aos riscos de proteção, especificamente:

- Melhorar o acesso ao território, aos procedimentos da solicitação de reconhecimento da condição de refugiado, aos procedimentos de regularização migratória e à documentação, incluindo atualizações de registro e renovação de documentos após a interiorização, em conformidade com padrões internacionais;
- Fornecer assistência de proteção e serviços especializados por meio de abordagens comunitárias que considerem a Política de Idade, Gênero e Diversidade, buscando prevenir e mitigar os riscos de proteção, bem como avaliar e abordar as necessidades de proteção dos grupos vulneráveis, como povos indígenas, comunidade LGBTQI+, pessoas com deficiência, mulheres, crianças e adolescentes em situação de risco e vítimas de tráfico de pessoas, buscando fortalecer a coexistência pacífica com as comunidades de acolhida;
- Promover padrões internacionais de proteção na resposta humanitária a nível federal, estadual e municipal através da prestação de apoio a atores relevantes na melhoria do acesso aos sistemas de proteção, garantindo que todas as necessidades básicas sejam satisfeitas através da adoção de uma abordagem abrangente que integre temas transversais (ex.: o meio ambiente) e promovendo a coexistência pacífica com as comunidades de acolhida.

O Setor de Proteção garantirá presença nas fronteiras para participar da recepção refugiados e migrantes, monitorar os riscos de proteção, movimentos de retorno e prestar assistência para casos vulneráveis. O Setor continuará fornecendo informação e aconselhamento pré-documentação e promovendo o rastreamento e a reunião familiar. A padronização na gestão de casos de proteção e o fortalecimento da rede de espaços de apoio serão priorizados para garantir que a identificação, encaminhamento e gestão de casos individuais seja realizada de forma coordenada, inclusive em contextos de interiorização. O acesso à informação culturalmente apropriada e a comunicação com as comunidades continuarão sendo fundamentais para fortalecer os mecanismos de responsabilização, assim como o acesso de refugiados e migrantes a direitos e serviços.

Outra atividade essencial será o fortalecimento das redes locais de proteção por meio de ações de capacitação específicas. Esta atividade é importante para garantir que refugiados e migrantes com necessidades específicas – incluindo grupos indígenas – sejam efetivamente integrados nos sistemas nacionais de proteção, inclusive em contextos de interiorização. Será também fundamental abordar o aumento do risco de despejos, analisando a partir de avaliações com a população afetada, complementadas pelo fornecimento de informações legais sobre o direito à moradia para

partes interessadas locais e nacionais, comunidades de acolhida e refugiados e migrantes. O Setor da Proteção trabalhará com todos os Setores para garantir que a centralidade da Proteção esteja refletida em todas as intervenções da R4V, adotando a transversalidade da proteção como princípio. Ao mesmo tempo, o Setor também desenvolverá atividades que integram o meio ambiente como tema transversal. O Setor de Proteção continuará trabalhando com o Setor de Integração, Interiorização e Transporte Humanitário para garantir que os refugiados e migrantes interiorizados tenham acesso à documentação em suas cidades de destino e que seus direitos fundamentais (como direitos trabalhistas, direito à moradia e acesso aos sistemas nacionais de proteção social) sejam respeitados. O Setor de Proteção também continuará a fortalecer sua parceria com o Setor de Educação para garantir que os refugiados e migrantes tenham acesso ao ensino básico e superior, assim como manterá a estreita parceria com o Grupo de Trabalho de Povos Indígenas, para garantir que os refugiados e migrantes indígenas tenham acesso aos sistemas nacionais de proteção.



PROTEÇÃO À CRIANÇA

POP. EM NECESSIDADE

79.7 K



--

45.0%



--

55.0%



POP. ALVO

52.3 K



--

45.0%



--

55.0%



REQUERIMENTOS TOTAIS

\$3.57 M



PARCEIROS RMRP

10



SUB-LIDERANÇAS DE SETOR ALDEIAS INFANTIS-UNICEF

NECESSIDADES PRIORITÁRIAS

As crianças e adolescentes refugiados e migrantes são extremamente vulneráveis a diferentes formas de violência, negligência e exploração, como a violência física, psicológica, sexual e de gênero, trabalho infantil e o tráfico de pessoas. De acordo com uma avaliação de necessidades realizada com refugiados e migrantes da Venezuela e comunidades de acolhida em 7 municípios de Roraima, Amazonas e Pará em agosto de 2020, 12% dos entrevistados indicaram ter testemunhado ou experimentado violência física contra crianças³⁶. Crianças e adolescentes separados, desacompanhados, sem documentação, indígenas, fora de abrigos ou em situação de rua estão ainda mais vulneráveis e precisam de serviços especializados, coordenados e em tempo hábil para garantir sua proteção, assim como recebimento de cuidados alternativos. As crianças e adolescentes refugiados e migrantes também precisam ser melhor integrados nas políticas públicas. De acordo com a mesma avaliação, 29% dos entrevistados não têm conhecimento dos canais de ajuda existentes para relatar casos de violência contra crianças³⁷ e 42% indicaram que o fato de serem estrangeiros impedia o acesso das crianças e dos adolescentes ao sistema de proteção existentes.³⁸ 57% dos entrevistados também indicaram que acreditam que as crianças e adolescentes necessitem de apoio psicossocial e de saúde mental (MHPSS), enquanto 56% indicaram não ter acesso aos serviços³⁹. Por último, crianças desacompanhadas e separadas também enfrentam necessidades específicas de proteção relacionadas a adoções ilegais, processos emancipatórios inadequados e tráfico de crianças. Portanto, também é necessário criar arranjos adaptados para o fornecimento de cuidados e autonomia, além de estratégias para a reunião familiar e social e mecanismos de gestão de casos.

ESTRATÉGIA DE RESPOSTA

O principal objetivo do Subsetor de Proteção das Crianças é abordar todas as formas de violência que afetam as crianças e adolescentes refugiados e migrantes. O Subsetor também prevê o alinhamento do trabalho interagencial, a fim de promover uma resposta coerente, harmonizada e atualizada para estruturas e instrumentos comuns. Portanto, as três prioridades a seguir foram identificadas:

- Apoiar a prestação de serviços especializados de proteção e de cuidados alternativos para crianças e adolescentes refugiados e migrantes - especialmente aqueles que vivem fora de abrigos, em situação de rua ou indocumentados;

- Fortalecer as capacidades de diferentes atores locais e comunitários, aprimorando e integrando as políticas públicas de proteção das crianças e dos adolescentes, a fim de prevenir, identificar e responder a todas as formas de violência (sexual, física, psicológica, negligência, discriminação, xenofobia e trabalho infantil);
- Consolidar estratégias para a reunificação familiar e reunião social de crianças desacompanhadas e separadas, fortalecendo mecanismos de gestão de casos e projetos de empoderamento.

As abordagens metodológicas do Setor focarão em: (i) assegurar a assistência especializada, qualificada e imediata para os casos de proteção e garantir que as crianças tenham acesso convivência familiar; (ii) fortalecer e integrar a rede pública de proteção; e (iii) fomentar iniciativas de base comunitária, principalmente aquelas que promovam a agência, autonomia, protagonismo e participação de crianças e adolescentes.

VIOÊNCIA DE GÊNERO

POP. EM NECESSIDADE

100 K

↑ 50.0% ↑ 30.0% ↑ 10.0% ↑ 10.0%



POP. ALVO

12.6 K

↑ 50.0% ↑ 30.0% ↑ 10.0% ↑ 10.0%



REQUERIMENTOS TOTAIS

\$536 K



PARCEIROS RMRP

11



LIDERANÇAS DE SETOR

UNFPA-ONU MULHERES

36. Inter-sectoral Multi-Partner Child Focused Rapid Needs Assessment, UNICEF - agosto de 2020.

37. Ibid

38. Ibid

39. Ibid

NECESSIDADES PRIORITÁRIAS

Mulheres, meninas e pessoas LGBTQI+ refugiadas e migrantes da Venezuela estão em risco de violência de gênero, além de dificuldades no acesso a mecanismos especializados de assistência e resposta. A violência de gênero em suas múltiplas formas é amplamente subnotificada devido, entre outros fatores, ao medo de estigma, retaliação e *refoulement* (devolução ao país de origem) ao buscar apoio institucional, trazendo desafios adicionais para abordar adequadamente as causas e impactos. Dados recentes⁴⁰ mostram que apenas 10,8% das mulheres venezuelanas e brasileiras que sobreviveram a violência de gênero em Boa Vista e Pacaraima relataram os incidentes à polícia e apenas 6% receberam apoio para garantir sua segurança. 20,7% das entrevistadas relataram ter passado por violência sexual pelo menos uma vez na vida, este número também tende a ser maior devido à subnotificação. A COVID-19 exacerbou a violência doméstica e violência sexual realizada entre parceiros, criando barreiras adicionais ao acesso a serviços especializados, colocando mais pressão na capacidade do governo e dos parceiros R4V em atender as necessidades humanitárias, incluindo as necessidades de sobreviventes de violência de gênero. Refugiados e migrantes enfrentam um contexto difícil no estado de Roraima, onde as taxas de violência contra a mulher⁴¹, incluindo o feminicídio⁴², vêm crescendo. A discriminação contra pessoas LGBTQI+ e as altas taxas de violência no Brasil também suscitam preocupação. O agravamento da situação socioeconômica dos refugiados e migrantes, relacionado à pandemia da COVID-19, aumenta a vulnerabilidade e expõe essas pessoas a exploração sexual e a mecanismos negativos de enfrentamentos, como o sexo para sobrevivência. Além disso, atenção especial deve ser dada ao programa de interiorização para garantir que as mulheres solteiras e os refugiados e migrantes LGBTQI+ recebam apoio adequado no momento de sua chegada, a fim de reduzir a exposição às diferentes formas de violência de gênero, incluindo o sexo para sobrevivência e a violência sexual realizada entre parceiros.

ESTRATÉGIA DE RESPOSTA

O Subsetor considera três prioridades principais com o objetivo de assegurar uma resposta adequada à violência de gênero:

- Promover o fortalecimento de capacidades de atores humanitários, serviços públicos municipais, estaduais e federais e das forças armadas, para garantia de direitos e a disponibilidade de serviços de resposta multisetorial e de qualidade

à violência de gênero. Assegurar a cobertura e o acesso aos serviços de saúde, (incluindo a saúde sexual e reprodutiva), apoio psicossocial, acesso à justiça, segurança, meios de subsistência e serviços de gestão de casos para sobreviventes;

- Fortalecer as estratégias de prevenção e mitigação de violência de gênero considerando o contexto da pandemia da COVID-19, a fim de assegurar que refugiados, migrantes e comunidades de acolhida construam mais mecanismos de resiliência e participação ativa e tenham acesso a opções de recuperação a médio e longo prazo, incluindo proteção social;
- Integrar uma perspectiva de mitigação de riscos nas iniciativas de organizações parceiras da R4V e de outros Setores para garantir que mulheres, meninas e pessoas vulneráveis à violência de gênero não serão prejudicadas ao acessar serviços essenciais para atender às suas necessidades.

Para o fortalecimento das capacidades na atenção adequada e integral às pessoas sobreviventes de violência de gênero, serão oferecidos treinamentos a prestadores de serviços em gestão de casos, atenção psicossocial e manejo clínico de casos de violência sexual, com base em diretrizes nacionais e internacionais. O objetivo é garantir que os serviços sejam centrados no sobrevivente, culturalmente sensíveis, prestados dentro de um período adequado e sem discriminação, levando em consideração a Política de Idade, Gênero e Diversidade, além de todas as adaptações necessárias no contexto da COVID-19. O Subsetor também promoverá a integração da Rede Pública de proteção e enfrentamento à violência de gênero, incluindo a desagregação de dados por gênero e idade, considerando a lacuna considerável nos dados sobre violência de gênero. As iniciativas de resiliência comunitária serão conduzidas para promover a autonomia, protagonismo e participação da população refugiada e migrante no conhecimento de seus direitos, especialmente no acesso a serviços especializados em violência de gênero. Além disso, o Subsetor promoverá micro-redes de proteção e iniciativas de suporte entre mulheres, contribuindo para a criação de um ambiente de proteção que atenuar os efeitos da violência e melhore o bem-estar dos sobreviventes e fortaleça fatores de proteção de outras pessoas em risco. Todas as ações desenvolvidas terão como objetivo empoderar e garantir uma participação mais ampla de mulheres, meninas e pessoas LGBTQI+, pessoas de diferentes etnias e pessoas negras, pessoas com deficiência, homens e meninos, tanto na região Norte do Brasil quanto nos destinos de interiorização.

40. UNFPA, ACNUR, União Europeia (outubro de 2020). Violência de gênero, nacionalidade e raça/etnia em duas cidades de Roraima (resumo executivo). Acesso em 20 de outubro de 2020. Disponível em: bit.ly/3bY1NAT

41. IPEA, 2020. Atlas da Violência. Disponível em bit.ly/3kqWDRD. Acesso em 22 de outubro de 2020.

42. *Monitor da Violência*, uma iniciativa do G1, da Universidade de São Paulo e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em bit.ly/3bHBteZ. Acesso em 22 de outubro de 2020.



TRÁFICO DE PESSOAS

POP. EM NECESSIDADE

25.9 K

↑ 29.0% ↑ 16.0% ↑ 37.0% ↑ 18.0%



POP. ALVO

1.22 K

↑ 32.2% ↑ 0.96% ↑ 65.4% ↑ 1.44%



REQUERIMENTOS TOTAIS

\$501 K



PARCEIROS RMRP

5



SUB-LIDERANÇAS DE SETOR

ALDEIAS INFANTIS-IOM

NECESSIDADES PRIORITÁRIAS

Os refugiados e migrantes da Venezuela estão especialmente vulneráveis ao tráfico e ao contrabando de pessoas. O acesso limitado a direitos e serviços foi identificado como um fator crítico que aumenta a vulnerabilidade e os riscos de proteção. Esta situação pode levar refugiados e migrantes a recorrerem à mendicância, trabalharem em condição de exploração ou a assumirem trabalhos em condições desumanas. A indisponibilidade de instituições e serviços especializados contribui para dificuldades de identificação, assistência e prestação de cuidados inadequada das pessoas afetadas, muitas vezes levando a revitimização. O número de refugiados e migrantes que recorrem a contrabandistas e a formas de entradas não oficiais vem aumentando devido à COVID-19 e às restrições de entrada nas fronteiras,

aumentando os riscos de exploração e proteção. Um fator que contribui para essa situação é o fato de os refugiados e migrantes não terem acesso a informações adequadas sobre seus direitos, os serviços disponíveis e as estratégias de proteção existentes para prevenir e responder ao tráfico e ao contrabando de pessoas.⁴³

ESTRATÉGIA DE RESPOSTA

As prioridades identificadas de resposta do Subsetor irão abordar de forma abrangente refugiados, migrantes e comunidades de acolhida. Estas prioridades são:

- Garantir que vítimas de tráfico de pessoas sejam rapidamente identificadas, considerando a Política de Idade, Gênero e Diversidade e assegurando o seu acesso à proteção também se aplicando aos serviços de prevenção e assistência oferecidos a pessoas venezuelanas em risco de exploração e/ou que possam ter sofrido abusos por contrabandistas;
- Promover iniciativas de fortalecimento de capacidades em temas de tráfico e contrabando de pessoas aos prestadores de serviço, bem como fornecer apoio na criação e no fortalecimento de mecanismos e estruturas institucionais aos atores governamentais;
- Promover o acesso a informações sobre prevenção de tráfico e contrabando de pessoas para refugiados e migrantes da Venezuela e para as comunidades de acolhida, inclusive durante todo o processo de interiorização.

O Subsetor trabalhará para garantir a complementaridade com os serviços prestados pelos governos nacional e local, organizações da sociedade civil e organizações internacionais, a fim de atender todas as necessidades de proteção. A assistência será prestada a partir de uma abordagem centrada na vítima, atendendo as necessidades específicas das vítimas de tráfico e do contrabando de pessoas, que também podem estar vulneráveis à exploração, abusos e violência. Iniciativas para garantir o acesso dos refugiados e migrantes em situação irregular aos procedimentos de regularização migratória serão priorizadas. A melhoria da gestão de casos e a criação de espaços seguros também serão de grande importância. As instituições governamentais e não governamentais locais receberão treinamento e apoio para melhorar os serviços prestados. Atividades de conscientização serão desenvolvidas e serão desenvolvidos materiais de informação culturalmente adequados sobre a prevenção do tráfico e do contrabando de pessoas para refugiados e migrantes da Venezuela, incluindo os que participam do processo de interiorização.



ABRIGO

POP. EM NECESSIDADE

98.9 K

↑ 29.0% ↓ 16.0% ↑ 37.0% ↓ 18.0%



POP. ALVO

73.5 K

↑ 29.4% ↓ 15.6% ↑ 37.3% ↓ 17.7%



REQUERIMENTOS TOTAIS

\$12.5 M



PARCEIROS RMRP

13



LIDERANÇAS DE SETOR

AVSI-OIM-ACNUR

NECESSIDADES PRIORITÁRIAS

No Brasil, a Plataforma R4V apoia os esforços do governo para fornecer abrigos nos estados fronteiriços de Roraima e Amazonas, onde a maioria dos refugiados e migrantes chegam da Venezuela em condições precárias e necessitam urgentemente de assistência humanitária. Em 2020 observou-se um perfil mais vulnerável entre os refugiados e migrantes que chegaram, incluindo um nível educacional mais baixo do que o dos indivíduos que chegaram nos anos anteriores⁴⁴, dificultando mais ainda o acesso aos meios de subsistência e, conseqüentemente, o acesso a habitação adequada.

Considerando que o acolhimento de pessoas em abrigos coletivos é o último recurso, de março de 2018 a setembro de 2020 um total cumulativo de 25.488 refugiados e migrantes venezuelanos (indígenas e não indígenas) foram recebidos em 14 abrigos só no estado de Roraima (Boa Vista e Pacaraima)⁴⁵. Deste total, mais de 2.000 indígenas (principalmente das etnias Warao, Eñepa e Pemon) foram abrigados em dois centros coletivos de médio prazo que funcionam em condição de superlotação, sem condições adequadas de água, saneamento e higiene e espaço insuficiente para manter tradições culturais.⁴⁶

Apesar da existência do programa de interiorização do Governo Federal, que é considerada a principal estratégia para a saída dos abrigos, a rotação da população abrigada ainda é lenta. Significando que, atualmente, apenas no estado de Roraima, cerca de 3.000 pessoas dormem em ocupações espontâneas, expostas a condições meteorológicas extremas, além de enfrentarem riscos de proteção.⁴⁷

A pandemia da COVID-19 também impactou a ocupação dos abrigos, considerando que a necessidade de respeitar o distanciamento social e de criar áreas de isolamento para casos suspeitos impôs uma reorganização dos espaços disponíveis e uma redução de capacidade das instalações. Além disso, as restrições de circulação afetaram a capacidade de geração de renda dos refugiados e migrantes, muitos dos quais ficaram incapazes de pagar por alojamento privado, reduzindo ainda mais o volume de saída dos abrigos. No caso de pessoas que moram em casas alugadas, as consultas realizadas pelos parceiros da R4V com a comunidade demonstram que, em geral, refugiados e migrantes não possuem contratos formais de aluguel e contam com acordos verbais que podem resultar em despejos arbitrários, confisco e abuso de bens.

Embora a maior concentração de pessoas abrigadas seja na região Norte, no estado de Roraima, é importante ressaltar que existem abrigos adicionais, tanto públicos como da sociedade civil, nos 600 municípios que receberam refugiados e migrantes interiorizados. Os abrigos prestam serviços de recepção por alguns dias (casas de passagem) até alguns meses (abrigos de recepção). Os espaços oferecem seus serviços através de diferentes abordagens, sendo necessário, portanto, integrar padrões humanitários e de proteção em suas gestões, para garantir uma resposta adequada para perfis com necessidades específicas, considerando os desafios impostos pela COVID-19.

44. Planejamento para o Plano de Resposta para Refugiados e Migrantes Venezuelanos de 2021, "Oficinas de análise conjunta de dados", julho 2020

45. UNHCR, "Monthly report Roraima (September 2020) - Registration and Sheltering" (outubro de 2020), disponível em bit.ly/3sxBtnK

46. Ibid

47. IOM Situação dos refugiados e migrantes desabrigados em Pacaraima. op.cit. /IOM Situação dos refugiados e migrantes desabrigados em Boa Vista op.cit.

ESTRATÉGIA DE RESPOSTA

A resposta do Setor de Abrigo terá como foco as instalações de acolhida em Roraima, no Amazonas e no Pará, mas também abordará as Casas de Passagem e centros de recepção para refugiados e migrantes interiorizados ou que se reinstalaram de forma voluntária e usando de seus próprios meios. A estratégia também incluirá o fornecimento de auxílio aluguel para refugiados e migrantes que alugam acomodações privadas. As intervenções irão considerar as necessidades e especificidades de cada região e espaço.

As prioridades do Setor de Abrigos em 2021 são:

- Fortalecer as capacidades de autoridades governamentais e os parceiros da R4V na gestão de espaços de acolhimento (abrigos, espaços emergenciais e transitórios, ocupações espontâneas e casas de passagem) e reforçar as estratégias de saída de ocupações espontâneas, visando garantir padrões internacionais e a proteção de grupos específicos (indígenas, pessoas LGBTQI+, crianças, idosos, homens solteiros, mulheres, famílias e pessoas com mobilidade reduzida).
- Apoiar a resposta de abrigo para refugiados e migrantes da Venezuela a partir de várias estratégias, que vão desde a criação de espaços de acolhida até soluções de habitação, como assistência com aluguel.
- Reforçar os mecanismos de coordenação do Setor para monitorar o fornecimento e a qualidade dos serviços (incluindo o fornecimento de itens não alimentares e/ou de ajuda financeira) para refugiados e migrantes da Venezuela indígenas e não-indígenas, dentro e fora de espaços de acolhimento, de acordo com a resposta de cada região. O Setor também desenvolverá um mecanismo de coordenação para identificar vazios na resposta, propondo soluções em parceria com todas as agências e governos.

Consideram-se imprescindíveis abordagens integradas com os demais setores da plataforma. A colaboração com o Setor de Proteção, o Setor de Comunicação com as Comunidades (CwC) e o Grupo de Trabalho de Povos Indígenas será vital para identificar e responder as necessidades de grupos específicos e para promover uma ação coordenada com o objetivo de evitar despejos arbitrários e fornecer apoio jurídico para as pessoas desalojadas. A prestação de serviços será realizada em conjunto com os Setores de Água, Saneamento e Higiene (WASH), Distribuição Alimentar, Nutrição e Saúde, buscando mitigar a vulnerabilidade dos refugiados e migrantes da Venezuela. Além disso, a abordagem conjunta com o Setor de Integração, Interiorização e Transporte Humanitário é essencial na construção de soluções de abrigamento, na busca de estratégias para saída de ocupações espontâneas e de áreas que apresentem riscos para a população afetada e o desenvolvimento de soluções duradouras.

Para garantir a sustentabilidade da resposta e disseminar a proteção para prevenir e mitigar riscos, incluindo de violência de gênero, o Setor realizará uma série de atividades de capacitação, como workshops, treinamento de treinadores (ToT) e treinamento para comitês de administração de abrigos.



WASH

POP. EM NECESSIDADE

152 K

👤 29.0% 👤 16.0% 👤 37.0% 👤 18.0%



POP. ALVO

71.3 K

👤 27.6% 👤 18.9% 👤 32.9% 👤 20.6%



REQUERIMENTOS TOTAIS

\$10.5 M



PARCEIROS RMRP

13



LIDERANÇAS DE SETOR

ADRA-UNICEF

NECESSIDADES PRIORITÁRIAS

A maioria dos refugiados e migrantes no Brasil vive fora de abrigos, em locais como ocupações espontâneas, moradias alugadas ou em situação de rua. As condições de Água, Saneamento e Higiene (WASH) nestas áreas continuam em grande parte precárias e inadequadas, com acesso limitado ou inexistente aos sistemas de esgoto, levando a defecação ao ar livre por parte de 14% dos moradores deste tipo de instalação, como relatado em uma avaliação rápida de necessidades realizada em 50 locais de 7 municípios em Roraima, no Amazonas e no Pará.⁴⁸ Os serviços de Água, Saneamento e Higiene (WASH) e o monitoramento e distribuição de itens precisam ser urgentemente melhorados para satisfazer as necessidades críticas da população de interesse. A avaliação realizada indica que 51% das comunidades

48. UNICEF. Inter-sectoral Multi-partner Child focused Rapid Needs assessment. agosto de 2020

têm acesso a água potável; 47% têm acesso a banheiros privados e 61% têm acesso a pias para lavar as mãos com disponibilidade de água e sabão; 51% das pessoas têm acesso a itens básicos de higiene. 31% dos entrevistados identificaram a falta de pias para lavar as mãos após a utilização do banheiro ou antes da ingestão de alimentos como uma prática de saúde negativa.⁴⁹

Nos abrigos, a infraestrutura de Água, Saneamento e Higiene (WASH) requer monitoramento e atualização regular. Testes de qualidade e nível de cloro na água devem ser realizados e pias adicionais para a lavagem das mãos devem ser instaladas. A falta de manutenção e o desperdício de água nos sistemas de saneamento devem ser combatidos através do fortalecimento do controle e do fornecimento de materiais e serviços de limpeza. Investimento adicional é necessário para os abrigos que acolhem comunidades indígenas, para a gestão da higiene menstrual e para a adaptação de instalações para o acesso seguro e adequado de mulheres, meninas e pessoas LGBTQI+.

As atividades de promoção da higiene e de conscientização sobre as medidas de prevenção da COVID-19 devem ser mantidas, especialmente em abrigos com alta rotatividade. Além disso, intervenções e insumos específicos de Água, Saneamento e Higiene (WASH) serão necessários para apoiar o retorno seguro às escolas e para promover ambientes seguros em espaços públicos essenciais, como unidades de saúde e de assistência social/proteção (com base em avaliações específicas das instalações).

ESTRATÉGIA DE RESPOSTA

As intervenções do Setor de Água, Saneamento e Higiene (WASH) serão focadas nos refugiados e migrantes da Venezuela, dentro e fora dos abrigos, e nas comunidades de acolhida e ficarão concentradas principalmente nos estados de Roraima, Amazonas e Pará, no Norte do Brasil.

A estratégia de Água Saneamento e Higiene (WASH) promoverá e assegurará um melhor acesso a serviços básicos geridos com segurança, visando o fornecimento de água potável, saneamento básico e serviços de higiene sustentáveis e resistentes aos impactos de emergências, incluindo surtos de doenças. O Setor de Água, Saneamento e Higiene (WASH) promoverá ações específicas para impedir a transmissão da COVID-19. Os parceiros da R4V adotarão medidas para garantir o fornecimento de água potável, a fim de reduzir os riscos de escassez de água e tomando medidas para reduzir o consumo e desperdício de água.

As prioridades identificadas são:

1. Prestar serviços de Água, Saneamento e Higiene (WASH) e apoio técnico a instituições, incluindo instituições de saúde e escolas e demais locais de maior transmissão para a COVID-19, além de apoiar

os municípios na coordenação de prestação de serviços e na gestão de sistemas de monitoramento

2. Prestar serviços de Água, Saneamento e Higiene (WASH) e apoio técnico às comunidades em abrigos, ocupações espontâneas e em outros locais dentro dos municípios, inclusive nas áreas com maior transmissão da COVID-19 e com foco especial nas comunidades indígenas venezuelanas.

O Setor de Água, Saneamento e Higiene (WASH) irá apoiar os municípios na prestação de serviços em bairros com alta concentração de refugiados e migrantes, incluindo através da instalação de pontos de coleta de água e instalações sanitárias seguras, além de apoiar o fornecimento de instalações de Água, Saneamento e Higiene (WASH) adequadas em escolas, unidades de saúde e estruturas públicas de proteção da criança. As atividades serão combinadas com a prestação de serviços de higiene e a distribuições de itens. O Setor também irá apoiar as autoridades municipais de saúde, água e saneamento na resposta ao aumento da demanda devido à pandemia da COVID-19 (ex.: retorno seguro às escolas) e fornecerá treinamento sobre orientações básicas, normas de qualidade e monitoramento para profissionais da saúde e do setor de água e saneamento envolvidos na resposta, sempre considerando a Política de Idade, Gênero e Diversidade e com o objetivo de que os profissionais continuem garantindo a inclusão de refugiados e migrantes em todos os serviços públicos.

Quanto à prestação de serviços de Água, Saneamento e Higiene (WASH) e de apoio técnico aos refugiados e migrantes da Venezuela e às comunidades de acolhida, as modalidades de resposta incluirão tanto a assistência financeira em espécie como a transferência de recursos. Estas modalidades também serão implementadas para além da região Norte, visando aqueles que se estabeleceram em outros lugares do país, seja através do programa de interiorização ou de forma espontânea.

O Setor promoverá o estabelecimento uma estratégia de Comunicação com as Comunidades – CwC/C4D robusta e harmonizada e fornecerá materiais para a promoção de higiene, abordando também a higiene menstrual, considerando variáveis como idade, gênero, cultura, idioma, e demais diversidade pertinentes, e contando com o envolvimento de adolescentes venezuelanos e mobilizadores comunitários. O Setor também continuará investindo em mecanismos para promover a responsabilidade com as comunidades afetadas (AAP) através de abordagens comunitárias e do empoderamento das populações, a fim de garantir que o feedback dos usuários de serviços, as recomendações e opiniões possam informar as intervenções e respostas de Água, Saneamento e Higiene (ou seja, sistematização e documentação da responsabilização com as comunidades afetadas - AAP). Estes mecanismos já estão parcialmente implementados com os Comitês de Água, Saneamento e Higiene das comunidades e dos monitores de Água, Saneamento e Higiene (WASH) venezuelanos que são contratados, treinados e

49. Ibid

diretamente responsáveis pela operação e manutenção de alguns serviços de WASH. As discussões dos grupos comunitários são realizadas pelo menos uma vez por semana e coletam feedback e recomendações sobre a qualidade e as melhorias necessárias para os serviços de WASH nos abrigos. Nesse sentido, os parceiros da R4V reforçarão estratégias de resposta já existentes e que permitam a transferência de habilidades e conhecimentos para a comunidade venezuelana, a fim de promover uma tomada de decisão informada e garantir que as respostas sejam direcionadas e alinhadas às necessidades e prioridades da população.

Por último, as intervenções do Setor irão integrar o gênero em todos os serviços de Água, Saneamento e Higiene (WASH) e considerações específicas serão feitas em todas as atividades de capacitação. O Setor utilizará dados desagregados por idade e gênero para identificar indivíduos/grupos de risco e fatores de vulnerabilidade, isso será feito em estreita colaboração com os Setores de Saúde e Nutrição (considerando que as práticas de higiene e a qualidade da água estão entre os principais determinantes para as condições de saúde/nutrição). O Setor de Água, Saneamento e Higiene (WASH) irá operar em estreita colaboração com os Setores de Educação, Proteção e Abrigos (incluindo para a implementação de infraestruturas e para a distribuição de itens de higiene), bem como com os Grupos de Trabalho de Povos Indígenas de Comunicação com a Comunidade (CwC), a fim de alinhar estratégias comunitárias e potencializar conhecimentos técnicos e recursos. As atividades do Setor de Água, Saneamento e Higiene (WASH) também serão implementadas incorporando o meio ambiente como um tema transversal, identificando e mitigando os impactos ambientais, implementando soluções sustentáveis e aumentando a conscientização ambiental através de suas atividades de capacitação, buscando promover impactos ambientais positivos e duradouros.